

O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: o caso dos trabalhos de resgate arqueológico pós desastre¹

Magno A. C. Santos *

Resumo

Com o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, volumosa quantidade de rejeito de minério foi carreado, causando destruição parcial e/ou total do meio natural circundante, das comunidades adjacentes e do Patrimônio Cultural, neste caso específico das edificações e estruturas associadas ao curral e os cochos de pedras situados no distrito de Bento Rodrigues. A comunicação tem o objetivo de apresentar os resultados do resgate arqueológico das estruturas que conformavam o curral com muros de pedra e o cocho lavrado também em pedra, que estavam diretamente relacionados à formação histórica do distrito e remontam ao período colonial. A partir dos estudos desenvolvidos na presente pesquisa, é possível que o “curral de pedras” fosse parte integrante de um contexto maior, provavelmente ligado a uma estalagem, ou rancho de tropas, integrado ou não a uma sede de fazenda que teria existido junto ao local. Esta possibilidade é pautada pelas características de sua construção (especialmente, as dimensões e proporções), na qual era possível perceber dois métodos distintos: sendo um segmento erigido com blocos de pedra, dispostos um em cima do outro, em junta seca; e, o outro segmento construído com placas de pedra, dispostas verticalmente, e em paralelo, formando um muro com características únicas, poucas vezes vistas na região. Desse modo, a comunicação visa não só apresentar um estudo de caso acerca dos procedimentos e métodos utilizados em um caso emblemático de resgate arqueológico pós-desastre, como também chamar a atenção para a preservação dos sítios ligados à antiga malha viária denominada Estrada Real em Minas Gerais.

Palavras-chave: Arqueologia Pós desastre, Estrada Real, Patrimônio Cultural.

¹ Os estudos de arqueologia na região de Bento Rodrigues fizeram parte de uma pesquisa realizada pela empresa Arcadis no ano de 2015 e 2016, sob a coordenação dos arqueólogos Fernando A. Soltys e Elisângela de Moraes Silva em atendimento ao termo de compromisso preliminar – MPMG (ICP – 0024.15.017332-6, ofício N°22/2016).

* Graduado em Geografia pelo Unicentro Newton Paiva e atua profissionalmente como Arqueólogo de Campo.

Introdução

O distrito de Bento Rodrigues, localizado cerca de 35Km ao norte do município de Mariana, possuía uma população no ano de 2010 estimada em 492 habitantes (divididos em cerca de 120 residências). O distrito contava apenas com os serviços públicos mais básicos, como a escola municipal e um centro de saúde, além de uma linha de ônibus que fazia o trajeto até Mariana duas vezes ao dia. A maior parte da população adulta empregava-se nas empresas mineradoras da região, sendo a agricultura e a mineração de “faiscagem” outras atividades presentes. Para alguns moradores, a prestação de serviços ligados ao turismo servia como alternativa de renda, principalmente após a implementação da rota turística da Estrada Real.

A origem do subdistrito de Bento Rodrigues, portanto, estava em plena concordância com a dinâmica povoadora característica dos primórdios da ocupação da capitania de Minas Gerais no século XVIII, pela qual a inserção dos núcleos populacionais obedecia rigorosamente aos locais de mineração. Em conformidade com a exploração aurífera aluvional, o povoado desenvolveu-se às margens dos cursos de água formados pelo córrego do Ouro Fino e o Ribeiro do Santarém, em área de relevo aplainado tipicamente associada a planícies fluviais.

O núcleo urbano assentava-se inteiramente sobre a colina entre os dois cursos d’água, tendo como eixo a antiga estrada que ligava o município de Mariana a Santa Bárbara, que após atravessar o ribeiro do Santarém, abria-se no largo disposto na borda do terraço que servia de adro à capela de São Bento. Daí em diante, a estrada seguia as margens do córrego do Ouro Fino, passando a tangenciá-lo até suas cabeceiras, onde cruzava o divisor de água em direção ao distrito de Santa Rita Durão. Antes de descer ao encontro do córrego Ouro Fino, em terreno de cota mais elevada, a estrada passava a cavaleiro até alcançar a capela de N. Sra. das Mercês, templo devocional que constituía a zona limítrofe do povoado de Bento Rodrigues.

No dia 5 de novembro de 2015, a barragem do Fundão localizada a 2,5Km a montante do distrito rompeu-se ocasionando um desastre tecnológico², causando uma alteração na conformação paisagística de Bento Rodrigues. De acordo com testemunhas oculares, a enxurrada, em um primeiro momento, não atingiu a grande parte do núcleo urbano, tangenciando as vertentes da margem direita do ribeiro de Santarém. Contudo, um ponto

² Termo também adequado para o tema aqui tratado, mas que evidencia o tipo de evento ou colapso, no caso, quando não possui origem natural e sim tecnológica, a partir de erro ou negligência humana e de planejamento. Definido na Instrução Normativa IN n. 1 de 2012 - Ministério da Integração Nacional. (Cf. <http://www.ejemplos.co/20-ejemplos-de-desastres-tecnologicos/#ixzz4oPpHRiFJ>)

de abrupto estreitamento da calha a jusante onde se encontra com o córrego Ouro Fino, barrou o escoamento dos rejeitos. O refluxo de rejeito assim gerado acumulou-se pela pequena planície do povoado, onde os morros circundantes parecem ter agido como um verdadeiro ralo, criando um vórtice de lama responsável pelo maior impacto sobre as estruturas urbanas e arquitetônicas.

Histórico curral de pedras em Bento Rodrigues e os caminhos da mineração

A formação da comunidade de Bento Rodrigues remonta ao início da ocupação histórica do município de Mariana, no início do século XVIII, com a chegada de bandeirantes paulistas, migrantes de outras partes da colônia e imigrantes portugueses que vinham em busca de metais e pedras preciosas que haviam sido encontrados na região.

De fato, a grande quantidade de ouro que era extraída dos ribeiros do arraial de Bento Rodrigues foi razão para que a localidade se tornasse bastante famosa nos princípios da mineração na região. Diversos são os documentos e relatos feitos ao longo da primeira metade do século XVIII que se referem aos altíssimos rendimentos de suas minas.

Na medida em que a atividade mineraria se desenvolveu, um complexo sistema de transporte, composto por uma vasta malha de estradas, caminhos e trilhas, foi sendo implantado, possibilitando, por um lado, o acesso e fluxo de pessoas, bens e mercadorias na região e, noutro, a estruturação de um rígido sistema de controle tributário por parte da Coroa.

Nesse ponto, a própria conformação geográfica do sítio, onde ergueu-se o arraial, ajudava a tornar as jazidas auríferas locais de fácil exploração. Entremeado por terrenos de relevo bastante movimentado, o sítio urbano de Bento Rodrigues eleva-se sobre uma pequena planície sedimentar formada pela barra dos córregos do Ouro Fino e do Santarém.

Neste contexto começaram a surgir fazendas, em vastos latifúndios, criadas para o descanso do gado e para suprir o abastecimento regional. A conexão de tais locais demandou a abertura de caminhos ou estradas, algumas das quais passando pela região.

O curral de pedras presente no distrito apresentava os muros de “pedra fincada”, onde lajes ou lajotas demonstravam-se perfiladas lateralmente cujas bases são enterradas no solo, constituindo um tipo de cerca vedada cujas arestas das lajes se ladeiam impedindo

a passagem de pequenos animais, estando associadas ao segmento da estrada real (BAETA; PILÓ, 2017).

Sendo assim neste contexto, carece mencionar a importância de se valorizar os itinerários culturais de um território ou ainda os bens culturais lineares e seus alinhaves microregionais. Este é o caso dos antigos caminhos do ouro e/ou da mineração na região de Mariana e de Ouro Preto, e a sua conectividade com sítios que os bordeja que de certa forma se apresentavam como suporte as tropas e aos viajantes, como, estalagens, hospedarias, roças, vendas, capelas, cemitérios, núcleos urbanos, fazendas, ranchos de tropeiros, pontes etc (BAETA; PILÓ, 2017).

Estes caminhos desempenharam importante papel no povoamento da região, não só pelo intenso comércio que propiciavam como também, pelo estabelecimento de ranchos e capelas e pelos numerosos contingentes humanos, que por elas afluíam as Minas, vindos do Norte e dos portos da Bahia.

Os itinerários relacionados especificamente aos “caminhos da mineração” transpassam além da necessidade de circulação do metal precioso, mas, sobretudo, de pessoas, alguns com seus produtos e artigos de consumo, imbuídos em atividades que permitiam o apoio para a manutenção das minas e do aquecimento das relações mercantis entre várias localidades da colônia (ZEMELLA, 1990).

O pouso de tropas colonial - o curral e cocho pedras

Já nas primeiras décadas do século XIX, Bento Rodrigues tornava-se uma parada quase obrigatória entre os viajantes que transitavam entre Ouro Preto e as vilas ao norte pela Estrada Real. Os relatos dos viajantes, comerciantes e naturalistas que percorreram o trajeto da Estrada Real também comprovam a existência de pelo menos duas áreas de pouso em Bento Rodrigues, sendo que alguns deles por lá pernoveram. Eles mencionam inclusive o grande movimento de tropeiros na região.

Segundo as postulações de Almeida (2012) sobre as infraestruturas ligadas aos caminhos da mineração, há dois viajantes que se preocuparam em caracterizar os estabelecimentos encontrados em suas viagens. Talvez, como uma forma de “avisar” aos demais que viriam se aventurar por estas terras, tiveram o cuidado de diferenciar tais estabelecimentos. O primeiro nesse quesito foi o reverendo Walsh, que faz o seguinte destaque:

Nas estradas do Brasil há quatro tipos de pousada. Um é o *rancho* que significa literalmente “agrupamento de pessoas” e, por conseguinte, designa o lugar onde os viajantes pernoitam; não passa de uma coberta espaçosa, armada sobre estacas e inteiramente aberta dos lados, não dispondo nem de alojamentos, nem de comida; é apenas um abrigo para o tropeiro e os burros. O segundo é a *venda*, onde se pode comprar comida e bebida. Geralmente há um quarto anexo a ela, às vezes dotado de uma cama. O terceiro tipo é a *estalagem*, com as acomodações habituais a estabelecimentos dessa espécie. Esse tipo de pousada, entretanto, é pouco comum. Por último vem a fazenda. Comumente o fazendeiro faz as vezes de hospedeiro, acomodando os viajantes em sua própria casa e se valendo disso para dar saída aos seus produtos. Muitas vezes, porém, ele nada cobra pela hospedagem, recebendo o forasteiro simplesmente em nome da hospitalidade. (WALSH, 1985, p. 23, *apud* ALMEIDA, 2012)

Em 1868 Burton deixou um relato ainda mais detalhado sobre as estruturas de apoio as tropas e viajantes:

O nº 1 [tipo de estabelecimento] é o **pouso**, um mero terreno de acampamento, cujo proprietário não se importa que os tropeiros ali dêem água aos seus animais e os amarrem em estacas. No primeiro quartel deste século, os viajantes freqüentemente eram condenados a passar as noites “à la belle étoile” naqueles germens de acomodação, que, agora, se tornaram populosas aldeias e cidades. O nº 2 é o **rancho**, que representa o “Traveller’s Bungalow”, mas ao qual faltam o catre, a cadeira e a mesa. Essencialmente é um telheiro comprido, tendo, às vezes, na frente, uma varanda de postes de madeira ou colunas de tijolo, e outras vezes com paredes externas e mesmo com compartimentos internos, formados de taipa, isto é, armações de madeira cheia de barro. Ali, os tropeiros descarregam os animais, que são soltos no pasto, enquanto seus donos acendem uma fogueira, penduram um caldeirão, à moda cigana, em um tripé de paus, estendem no chão, para servir de cama, os couros que servem para proteger as cargas, e fazem uma espécie de biombo com as selas, cangalhas e jacás. [...]. O nº 3 é a **venda**, progresso indiscutível, mas não de todo respeitável. [...] Esta corresponde à “pulperia” das colônias hispano-americanas, ao “emporium” de aldeia da Inglaterra, combinado com a “grocery” (mercearia) e a “public house” (botequim); vende de tudo, desde alho e livro de missa, até cachaça, doces e velas; às vezes, é dupla, com um lado para secos e outro para molhados. Um balcão, sobre o qual se embalança uma grosseira balança, divide-a no sentido do comprimento. Entre ele e a porta, ficam tamboretes, caixas e barris virados para baixo. [...] A venda tem, em geral, um quarto onde os viajantes podem se acomodar, com uma gamela para abluções, um catre, uma mesa de pernas compridas e um banco baixo. O nº 4 é a **estalagem** ou **hospedaria**, em uma das quais nos hospedaremos em Mariana; e o nº 5, finalmente, é o **hotel**, mais pretensioso [...]. (BURTON, 1976, p. 100-101 *apud* ALMEIDA, 2012)

Diversos viajantes e naturalistas estiveram em Mariana e percorreram o trecho da estrada real de Camargos, descrevendo dentre outros locais, o antigo povoado de Bento Rodrigues, tais como, J. Mawe (1748); Eschwege (1979); Saint- Hilaire(1975); Spix &

Martius (1981); J. E. Pohl (1976); A. Caldcleugh (2000); Bunburry(1981); Gardner (1975); Burton (1976). Dentre os relatos destaca-se a descrição da paisagem feita por Spix e Martius em 1818 quando passaram na região focalizada neste estudo, revelando a importância histórica e potencialidade arqueológica da mesma.

Ainda à tarde, seguimos para o Arraial de Bento Rodrigues, distante uma légua a sudoeste, e pernoitamos num rancho, de onde apreciamos mais uma vez o panorama da bela Serra do Caraça. O pouso estava repleto de mineiros das Minas Novas, que seguiam para o Rio de Janeiro, levando carga de algodão, e nos deram ensejo de apreciar o aspecto bem característico da vida das tropas em viagem. Na região de Bento Rodrigues, acha-se ouro por toda parte, na argila vermelha, que jaz por cima do xisto quartzítico. Como o modo de exploração dessas minas não divergia do que até aqui havíamos visto, não nos demoramos na estrada real, que leva à cidade de Mariana, distante três léguas ao sul de Bento Rodrigues (...) (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 250).

Além de Spix e Martius, o mineralogista Alexander Caldcleugh e o botânico George Gardner, ambos ingleses, também registraram o movimento das tropas por Bento Rodrigues. O primeiro, que esteve na região em 1821, fez outra menção a viajantes vindos de Minas Novas. Já Gardner, em viagem realizada em 1840, chega a se referir a um “pouso público” no qual se hospedou durante a noite passada em Bento Rodrigues.

Partindo de Catas Altas, a estrada toma uma direção sudeste ao longo do sopé da Serra do Caraça. Depois de viajar duas léguas, passamos pelo Arraial do Inficionado outra longa e estreita aldeia, mais ou menos do tamanho de Catas Altas e, como esta, em evidente estado de decadência. Uma légua adiante chegamos ao **arraial de Bento Rodrigues, onde nos alojamos por essa noite no rancho público** (GARDNER, 1976).

Em 1820, o viajante alemão Johann Emanuel Pohl por ali passou, vindo do arraial de inficionado (atual Santa Rita Durão), deixou uma das mais completas descrições do local e inclusive mencionando as condições da hospedagem em que teve no arraial:

Seguindo para o vale oposto, vimos a oeste, à pequena distância, a grande e bela fazenda pertencente ao Padre Domingos Fraga, situada numa elevação. Este fazendeiro é tido como uma das maiores fortunas do País. Vai-se ao **Arraial de Bento Rodrigues por uma estrada, aliás, calçada**, mas difícil de passar, de uns 300 passos, em declive. **Este pequeno arraial de umas sessenta casas** está edificado sobre terreno muito acidentado e **possui duas pequenas igrejas e duas estalagens** bastante medíocres, **numa das quais tivemos hospedagem sofrível**. Aqui foi uma das mais antigas explorações de ouro de toda a província e escondia grande riqueza em seu seio. Atualmente encontram-se neste arraial, como em Cocais, Catas Altas, Santa Bárbara e Inficionado, pequenos fornos de fundição de ferro (GARDNER, 1976 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 30).

Em um anúncio, publicado por Antônio Borges de Magalhaes no jornal *A província de Minas*, em 1887, informando aos viajantes que rumavam para Ouro Preto, sobre as comodidades de seu hotel em Bento Rodrigues³.

É possível que o hotel referido no anúncio tenha sido o mesmo que, de acordo com informações colhidas em entrevistas com moradores de Bento Rodrigues, fora criado pelo major Camillo de Lellis Ferreira (1823-1897), cuja atuação como patrono da capela de São Bento foi decisiva para a conformação urbana do distrito até 2015. De acordo com os moradores entrevistados, Camillo de Lellis Ferreira teria patrocinado a reconstrução da capela de São Bento na década de 1850, obra que contou também com a elevação do muro que ligava o “Curral de Pedra” ao adro da capela.

Conformava-se assim um conjunto arquitetônico construído que abrangia desde a entrada do distrito, assinalada pelos muros de pedra do Curral até a capela de São Bento, ou melhor, até a residência do major Ferreira localizada ao lado do templo. Então um sobrado de taipa de mão, cuja construção remontaria a época da fundação do povoado, a residência do major teve seu segundo pavimento desmontado na década de 1960, quando foi também transformado no estabelecimento comercial que deu origem ao Bar da Sandra, no qual funcionou até o ano de 2015.

Os terrenos localizados na margem direita do córrego Santarém, desde o leito antigo da Estrada Real até a barra do Ouro Fino eram propriedade do major Ferreira e que teriam sido doados a capela após seu falecimento, constituindo o seu “patrimônio”. Nesse sentido, cumpre chamar a atenção para a própria forma do tecido urbano ali existente, típico de “vilas e cidades lineares”, ou seja, desenvolvidas tendo como principal eixo um caminho ou estrada pública convertida em rua principal.

Sendo assim cabe destacar os antigos caminhos de Bento Rodrigues: o caminho de pedestres que partindo da barra do Ouro Fino e do Santarém tomava o leito do córrego dos Camargos até chegar à sede do distrito. Tratava-se de caminho mais utilizado pelos habitantes de Bento Rodrigues, até porque o tempo de viagem até Camargos era bem menor, sendo que apenas a veículos e a animais de carga a trilha se tornava impeditiva, pois cruzava diversas vezes o Gualaxo e o Camargos. Ao viandante ou ao viajante montado, contudo, era caminho de primeira escolha, sendo seu único cuidado preparar outra muda de roupas para poder se trocar quando chegasse ao seu destino.

³ “Aos Srs. Viajantes do norte de Minas que se dirigirem a Ouro Preto, recomendão-se o hotel de Antônio Borges de Magalhães, onde encontrarão todas as comodidades. Há ótimos aposentos para famílias e para escoteiros. Além de um excelente pastinho fechado, do qual os animaes podem ser trasidos a qualquer hora do dia ou da noite, possui também outros pastos apropriados para invernadas.” (*A província de Minas*, 7/10/1887).

Servindo como as duas balizas espaciais que assinalavam os limites da povoação estavam o Curral de Pedras, ao sul, e a capela das Mercês, ao norte. O primeiro servia como óbvio ponto de paradas para quem alcançava o arraial vindo de Camargos, quando a descida para Bento Rodrigues era feita por um caminho de inclinação mais suave e cuja ligação mais direta com o Curral sinaliza a importância dessa estrutura para a antiga povoação. Tendo descarregado as cargas de suas mulas e conduzindo-as aos pastos da margem direita do Santarém, os viajantes se dirigiam ao rancho aberto ou, se pudessem pagar um pouco mais, ao sobrado onde funcionaria também o “hotel”.

A história oral e um vídeo postado na internet⁴ afirmam que o referido espaço seria um curral de tropas utilizado desde o final do século XVII. No vídeo mencionado é possível mensurar as dimensões e características do curral: ele é todo fechado em parte por muros em junta seca e em duas de suas laterais ele era circundado por lajes de pedra dispostas perpendicularmente no solo. No interior do curral havia um cocho de grandes proporções esculpido em pedra (pês e bojo), o que leva a crer que animais seriam neste local contidos e alimentados.

Arqueologia no pós desastre

A conformação inicial de antigos vilarejos sempre remete a construção de alguma edificação. Nesse sentido, a arquitetura, tida para a Arqueologia como parte da cultura material, como vestígio da ação humana na ocupação dos espaços, e compreendida como elemento que se entrelaça de forma dinâmica com os indivíduos, sendo um instrumento analisado para debater um processo histórico, vinculado a formação da sociedade e suas contextualizações (LIMA, 2010).

Sob esta perspectiva os trabalhos desenvolvidos no local impactado pelos rejeitos de minério, contaram com aportes da Arquitetura, da História e da Arqueologia, visto que, no caso das edificações muito antigas, normalmente existem poucos registros históricos disponíveis que cubram toda a sua existência. Nessas situações, a Arqueologia mostra-se uma ciência eficaz no trabalho de recuperação histórica, não só para suprir a ausência de dados bibliográficos, mas também para dialogar com os documentos escritos existentes (IPHAN, 2002).

Em consonância com as definições do IPHAN (2002), o termo “Arqueologia de Restauração” surge em meados do século XX para caracterizar os trabalhos que tinham

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7H9cojTLjcs>. Acesso em: 12 jan. 2020.

por objetivo apenas o fornecimento de informações e elementos para os projetos de restauração de monumentos. Esses trabalhos estão inseridos em uma linha de pensamento arqueológico histórico-culturalista, e onde as atividades de pesquisa arqueológica eram utilizadas como acessórias para o campo da Arquitetura.

Neste caso o projeto de Arqueologia inserido em um projeto de restauração/conservação deve idealizar a produção de dados relevantes, indicando que uma edificação se refere a um super artefato, construído pelo homem que, necessariamente, está enquadrado em um dado tempo e espaço e, deste modo, carregado de valores e simbolismos importantes a constituição do patrimônio cultural e memória. Cabe a arqueologia constituir esse fundamento científico *stricto sensu*, isto é, elaborar conhecimento sistematizado e rigoroso sobre o bem trabalhado, tentando desvelar, o máximo possível, as relações humanas que se permeiam materialmente naquele bem (IPHAN, 2002).

No entanto deve-se considerar que as intervenções realizadas em uma edificação, seja ela considerada monumento nacional ou não, e de caráter radical é muitas vezes danoso, portanto, há a necessidade de se estabelecer medidas cautelosas e alicerça-las nos mais criteriosos parâmetros da preservação para minimizar as perdas decorrentes de uma opção indevida (CARRERA; SURYA, 2012).

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, em língua inglesa *International Council of Monuments and Sites* (TAVARES, 2011), defende que a escolha entre técnicas tradicionais e inovadoras deva ser pesada caso a caso e sugere que se dê preferência as menos invasivas e mais compatíveis com os valores do patrimônio cultural, tendo em mente as exigências de segurança e durabilidade.

Sob a luz deste contexto único, o ICOMOS realizou no ano de 1986 um evento voltado à salvaguarda das cidades históricas, cujo documento de referência, a Carta de Washington, indicando a confecção de um plano de salvaguarda, que deve compreender em uma análise completa de dados, particularmente arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos, a definição das principais orientações e modalidades de ações a serem empreendidas no plano jurídico, administrativo e financeiro (BAETA; PILÓ, 2017).

A complexidade das edificações consideradas Patrimônio Cultural necessitou de procedimentos organizados de forma semelhante ao que é implementado na medicina, onde anamnese, diagnóstico, terapia e controle correspondem respectivamente, ao levantamento e análise das informações históricas, identificação das causas das anomalias e degradações, identificação e escolha das ações de restauração e verificação

e controle para a garantia da eficácia das intervenções propostas (COSTA, 2010, *apud* TAVARES, 2011).

Apesar desse projeto contemplar somente a limpeza das edificações para que elas possam estar preparadas para possíveis ações de restauro e conservação, segundo Costa (2010) a total compreensão do comportamento da edificação e conhecimento das características dos materiais que a compõe é necessária a qualquer projeto que envolva a restauração. Nesse sentido foi imprescindível obter informações sobre as características autênticas da edificação, as técnicas e métodos utilizados na sua construção, os fenômenos que ocorreram, as alterações realizadas e seu estado atual.

Na Arqueologia propriamente dita, para se reconstruir a atividade humana no passado é de fundamental importância compreender o contexto de um achado, seja um artefato, uma estrutura ou uma construção edificada. O contexto de um objeto consiste em um nível imediato, sua situação deposicional e sua associação com os demais achados/materiais (RENFREW; BAHN, 2011).

Apesar de esta ser uma situação nova e totalmente específica e que gerou um contexto totalmente atípico para a Arqueologia e para seus métodos e técnicas de escavação, no que tange ao estudo do Patrimônio Cultural e ao salvamento do que restou dele, os aspectos teórico-metodológicos apresentados dão subsídios, se não suficientes, ao menos norteadores, para a compreensão e entendimento dos passos seguidos para a execução dos estudos propostos.

Nesse sentido, embora os fatores pós-deposicionais sejam evidentemente associados ao rompimento da barragem de rejeito de minério, buscou-se compreender a espacialidade e a forma de dispersão dos vestígios de maneira holística, utilizando-se da perspectiva formulada por Schiffer (1996). Nela o autor distingue os diversos tipos de processos pós-deposicionais que podem ser encontrados. Para o caso do rompimento da barragem de Fundão, a perspectiva na qual a situação pode ser enquadrada é aquela relacionada aos “*processos pós-deposicionais culturais (transformações)*”, que englobam atividades deliberadas ou acidentais de origem antrópica (SCHIFFER, 1996).

De fato, temos com este novo evento, uma situação na qual se pode vislumbrar bem, esse tipo de processo pós-deposicional. E, na medida em que se tornou possível compreender melhor tais processos, foram lançadas as possibilidades estratégicas para a melhor forma da realização do resgate do material histórico e/ou arqueológico em um ambiente pós-desastre.

Métodos aplicados à Arqueologia nos pós desastre

Seguindo os parâmetros teórico-metodológicos expostos, a metodologia utilizada se propôs ao registro arqueológico de estruturas históricas em quatro níveis, sendo adaptada em observância a integridade física de tais estruturas. Desta forma, a metodologia adotada foi constituída das seguintes atividades:

1. Registro de superfície (inspeção visual) ao longo das áreas afetadas pela lama de rejeito a partir das informações colhidas durante a etapa de monitoramento/prospecção arqueológica;
 - a. Mapeamento do antigo trajeto da estrutura e prospecção nas áreas de entorno, com abertura de furos-teste para localização de possíveis componentes associados aos objetos de estudo;
 - b. Coleta de informações com moradores locais e com as equipes de busca compostas pela corporação dos bombeiros, atentando-se os locais onde foram encontrados vestígios arqueológicos / históricos;
2. Limpeza e evidenciação das estruturas que tenham sido soterradas;
 - a. Limpeza a partir da remoção do rejeito de minério;
 - b. Nesta etapa foi realizado um levantamento e análise do estado de conservação e das condições em que as edificações históricas se encontravam (mapeamento de danos), determinando suas patologias e evidenciando os indícios de degradação.
3. Resgate com a abertura de sondagens e escavações sistemáticas da camada de rejeitos de minério depositada até alcançar o piso original do terreno.
4. Levantamento topográfico, fotográfico, batimétrico e registros gráficos.

Resultados e Discussão

Os trabalhos de limpeza e evidenciação das estruturas que compõe o curral de pedras se iniciaram com a abertura de trincheiras/poços testes no intuito de identificar a extensão dos vestígios arqueológicos históricos, principalmente na porção onde era impossível verificar a existência de quaisquer sinais que remetam a presença dos alinhamentos de pedras.

No sentido de melhor delimitar a área alvo da limpeza e estabelecer métodos arqueológicos sistemáticos, foi realizada a subdivisão dos setores de escavação seguindo os pontos cardeais a fim de englobar todo o perímetro remanescente do curral erigido de pedras, em sua porção interna e no bordo externo a partir de caminhamentos na área do curral (Foto 1).



Foto 1 - Caminhamento na área do curral de pedras (Equipe Arcadis, 2016).

Setor sul

As quadras foram demarcadas com um dimensionamento inicial em 4m de comprimento por 4m de largura, em uma sequência alfanumérica, totalizando 13 quadras, partindo da área onde o alinhamento de pedra se encontrava visível (Figura 1). Parte deste alinhamento não foi escavado, devido ao impacto da lama de rejeito ter retirado por completo todos os vestígios da estrutura histórica e posteriormente por ter sido alagada pela elevação do nível d'água em função da implantação do dique S4.



Figura 1 - Croqui esquemático da subdivisão das quadras no setor sul do curral de pedras.

A retirada da camada de rejeito nestas quadras teve o intuito de evidenciar partes do muro de pedras que compõe o antigo curral até alcançar o piso original do terreno. A quadra inicial, por ter se apresentado estéril (sem presença de partes do muro), foi escavada com o objetivo de ser o ponto de partida na escavação, chegando a atingir entre 40 – 50cm de espessura.

A exposição do curral de pedras no setor sul foi realizada, a princípio na face externa e superior. Na face externa do alinhamento no intuito de evidenciar as porções inteiras e ou colapsadas do muro foi aberta uma trincheira entre 90 – 100cm de largura com profundidade variando entre 60 a 80cm.

Neste mesmo setor, evidenciou-se que as paredes do curral que ficavam acima da superfície, foram todas carregadas pela passagem da lama, ficando apenas as paredes protegidas pelo aterro do interior do cercado.

Foi identificado um dos vértices do curral de pedras erigido em junta seca, que segue no sentido sudoeste/nordeste e o muro frontal (oeste) e lateral (sul). Esta porção apresentou a profundidade máxima de 80 – 90cm, atingindo o piso original do terreno. Em modos gerais, a largura do alinhamento de pedras demonstrou um dimensionamento médio entre 60 a 70cm, devido a inserção de pedras irregulares entre as fileiras da parede do curral.

Na extremidade final do Setor Sul foi possível verificar a inexistência da base do alinhamento de pedras do curral. Neste ponto, a movimentação da lama retirou toda a estrutura de pedra da parede da face sul do curral, sendo que a partir deste ponto não foi possível identificar a sua continuidade (Foto 1

Foto 2).

Sendo assim, foi testada a hipótese pela utilização da batimetria que identificou o trecho do alinhamento de pedras inexistente, projetando a sua continuidade até o ponto final da parede sul do curral. A utilização do levantamento topobatimétrico no registro arqueológico proporcionou a demonstração por um caminho cartográfico, que deste ponto em diante, os vestígios do alinhamento do muro em junta seca do setor sul foram totalmente suprimidos devido a movimentação do rejeito de minério.



Foto 2 - Dimensionamento de 2,70m da porção no qual se finda o alinhamento de pedras do curral - (Equipe Arcadis, 2016).

Setor Oeste (frontal)

Neste setor foi possível destacar os métodos construtivos distintos que conformavam o curral de pedras, sendo a técnica empregada na disposição horizontal de pedras em junta seca e na fixação das placas retangulares de quartzito verticalmente.

Neste segmento do muro constituído por junta seca evidencia-se uma largura média de 60cm, ressaltando que os vestígios remanescentes deste alinhamento acima do piso original do terreno, foram carreados pelo movimento da lama. A espessura da camada de rejeito nestas quadras atingiu entre 1,00 a 1,20m de altura máxima, distribuídas em 7

quadrículas, dimensionadas em 4m de comprimento por 4m de largura, em uma sequência alfanumérica.

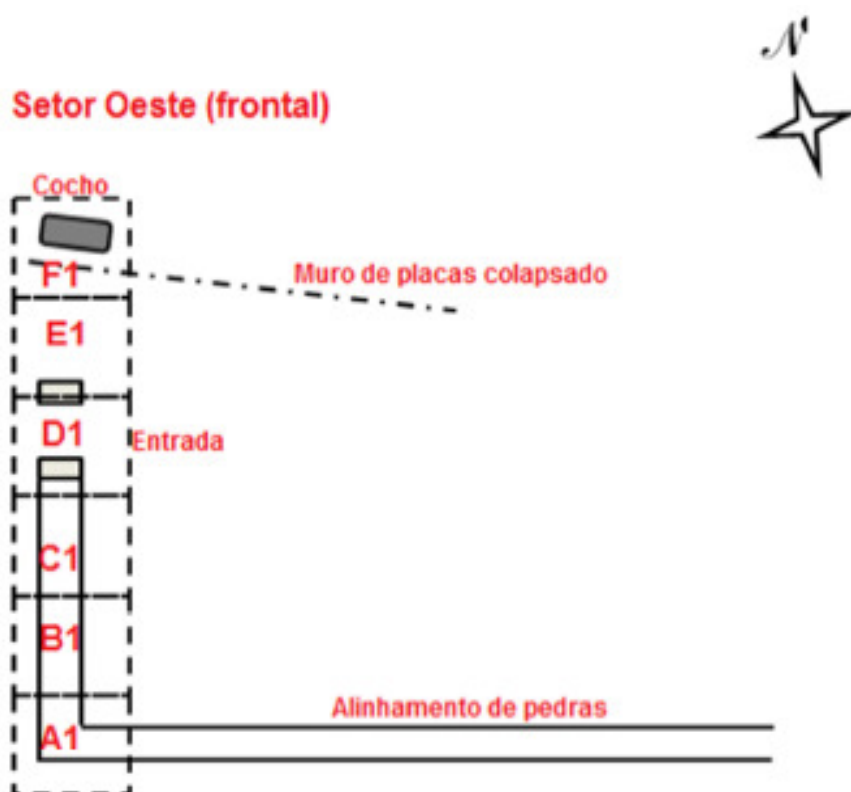


Figura 2 - Croqui esquemático da subdivisão das quadras no setor oeste (frontal do curral de pedras).

O seccionamento das quadras neste setor seguiu a orientação no sentido Sul/Norte no intuito de revelar a base do alinhamento de pedras presente na porção frontal do antigo curral (Figura 2). Foi possível identificar a presença dos marcos e vigas de aço que sustentavam os pilares de concreto que conformavam o portal da entrada principal. Nestes pilares estavam fixadas duas porteiros de madeira abaixo de uma pequena estrutura de um telhado, seguindo um caminho até alcançar a porção posterior do curral.

Na extremidade deste alinhamento foi realizado o registro de um cocho de pedra feito em quartzito, apresentando um formato retangular e sub-arredondado nas extremidades, demonstrando como medidas 1,30m (comprimento) por 0,76m (largura), com espessura que varia entre 15 a 27cm, e a profundidade do rebaixo entre 11 a 13cm. O cocho foi devidamente coletado e levado a uma reserva técnica responsável por salvaguardar o material (

oto 3).



oto 3 - Cocho de pedra evidenciado durante a retirada da camada de rejeito de minério. (Equipe Arcadis, 2016).

Setor Norte

Neste setor houve a projeção de quadras em dois alinhamentos sendo o primeiro apresentando um dimensionamento em 4m de comprimento por 4m de largura, em uma sequência alfanumérica, totalizando 10 quadras e no segundo alinhamento demarcadas em 4m de comprimento por 2m de largura, totalizando 12 quadras (Figura 3).

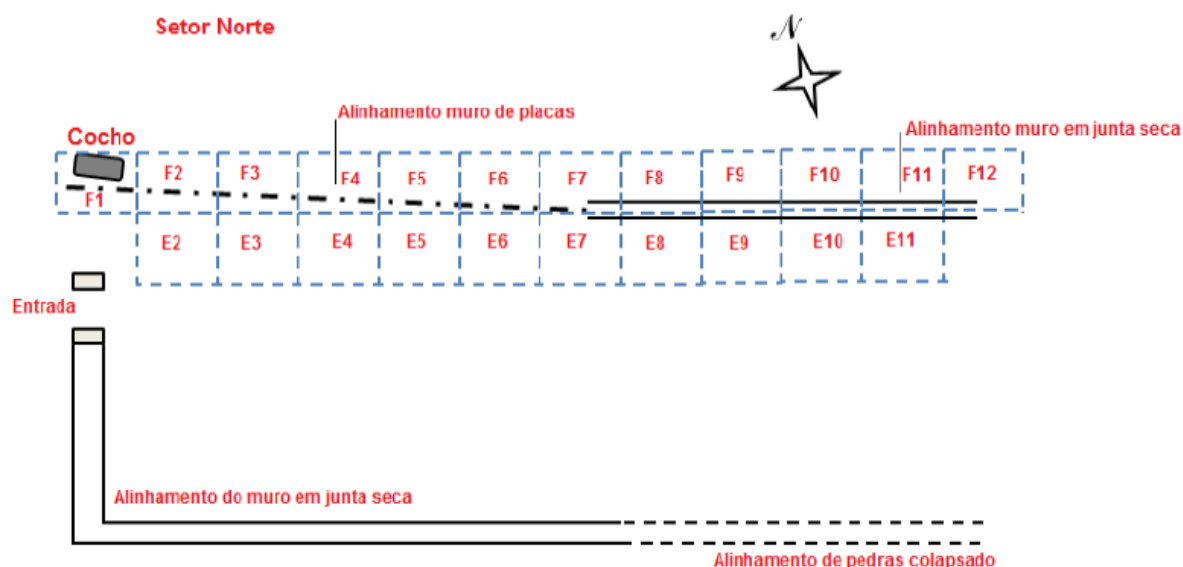


Figura 3 - Croqui esquemático da subdivisão das quadras no setor oeste (frontal) do curral de pedras.

Ressalta-se que a retirada da camada de rejeito das quadras seccionadas neste setor evidenciou parte do alinhamento do muro de placas (fixadas na vertical) e da sua continuidade erigida com o emprego da técnica da disposição horizontal das pedras em junta seca, sem a utilização de argamassa.

A disposição dos vestígios remanescentes do alinhamento das lajotas de quartzito (muro de placas) fixadas na vertical, demonstra a força da passagem do rejeito de minério sobre a estrutura histórica, restando em alguns pontos somente o negativo de sua quebra e em outros pontos foram extraídas por inteiro mantendo somente o vácuo do local onde estavam fixadas em superfície (

Foto 4).

A largura média evidenciada neste alinhamento foi de 60cm, sendo identificada somente a fiada das pedras que estavam próximas do piso original do terreno. Devido a passagem da lama neste ponto a porção do alinhamento de pedras que estava acima da superfície foi carregada.

Destaca-se também a diversidade litológica empregada na construção destes muros de pedras. A disposição dos afloramentos destas rochas nas proximidades se retrata como um fator preponderante nestas escolhas, sendo possível identificar rochas provenientes dos quartzitos, xistos, hematitas, cangas e filitos em um arranjo erigido em junta seca.

Na extremidade do alinhamento foi identificado o vértice que direciona o alinhamento de pedras no sentido sul, conformando a parede do setor leste do curral. Nesta quadra restou somente a última fiada das pedras do muro em junta seca, junto ao nível da superfície original do terreno.



Foto 4 - Detalhe da placa de quartzito fraturada – Quadra F5 (Equipe Arcadis, 2016).

Setor Leste (posterior)

As quadras projetadas obtiveram dimensionamento adaptado as condições locais devido à proximidade da área de alagamento do dique S4. Procedeu-se inicialmente com a marcação de 2 quadras dimensionadas em 4m de comprimento por 4m de largura, em uma sequência alfanumérica que englobam o segmento previamente estabelecido (Figura).

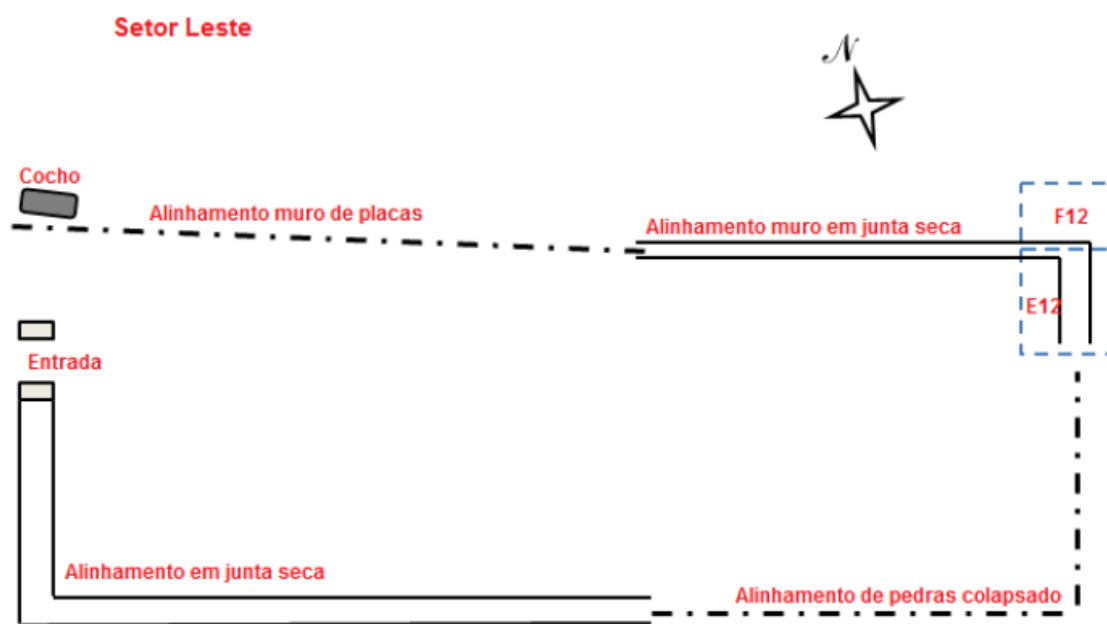


Figura - Croqui esquemático da subdivisão das quadras no setor leste do curral de pedras.

O alinhamento de pedras da parede leste na porção posterior do curral, demonstrou uma largura dimensionada em 60cm revelando a última fileira de pedras junto a superfície original do terreno, disposta em um arranjo horizontalmente com o emprego da técnica da junta seca. Na extremidade leste do curral de pedras foi identificado um dos vértices remanescentes (Foto 5).

Segundo os relatos dos moradores locais e as visualizações de vídeos e fotos do antigo curral de pedras é de conhecimento notório que neste setor Leste (posterior) havia um portal com marcos de concreto e uma porteira de madeira, assim como o que era observado em sua entrada. Estes dois portais, tanto na porção frontal como na posterior, eram interligados por um caminho. Devido ao alagamento desta área não foi possível identificar o local de inserção deste portal descrito.



Foto 5 - Vértice do alinhamento do curral de pedras na extremidade leste (Equipe Arcadis, 2016).

Setor interno

Os trabalhos da limpeza e remoção da camada de rejeito de minério no setor interno do Curral de Pedras procederam inicialmente com a marcação das quadras que englobaram

por completo a porção previamente estabelecida até alcançar o piso original do terreno (Foto 6).

As quadras projetadas foram demarcadas em uma sequência alfanumérica com um dimensionamento em 4m de comprimento por 4m de largura em grande maioria, sendo que em alguns casos o dimensionamento foi menor devido a adaptação feita em função da proximidade da área de alagamento do dique S4, totalizando 37 quadras, com espessura da camada de rejeito variando entre 70cm a 1m (Figura 4).

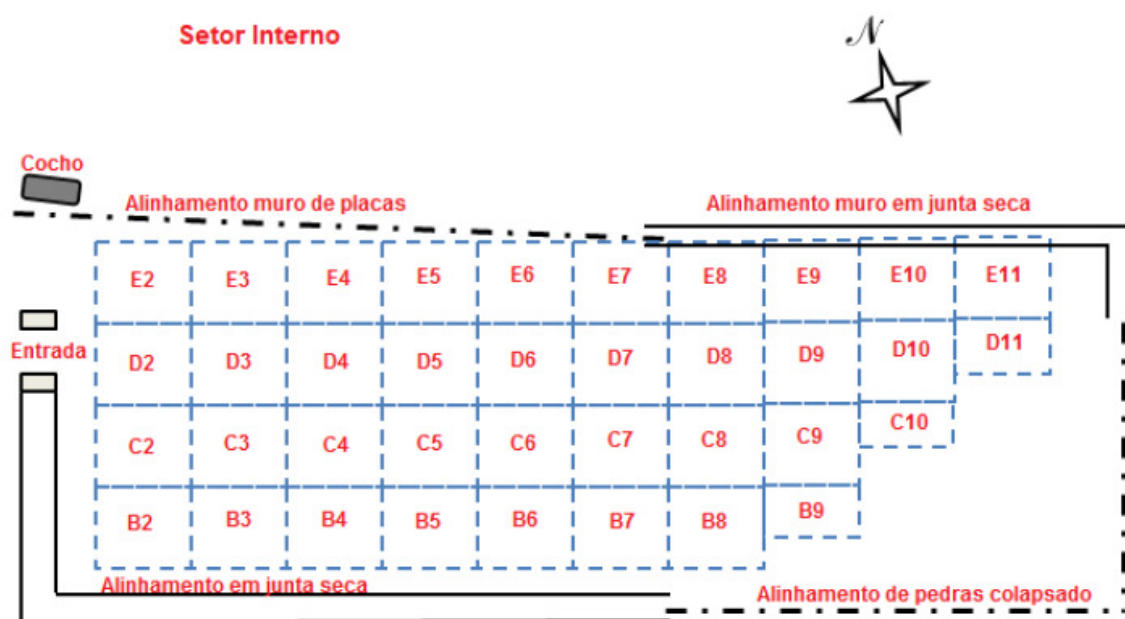


Figura 4 - Croqui esquemático da subdivisão das quadras no setor interno do curral de pedras.

Na porção interna do curral junto da superfície foram identificados os negativos das pedras fraturadas que serviam como base onde se apoiavam os cochos, apresentando uma distância entre si de 1,50 a 1,60m.

Em alguns desses locais onde se encontravam as bases dos cochos, a passagem da lama de rejeito retirou por completo as pedras, deixando somente o negativo no piso original. O dimensionamento destes negativos das bases dos cochos se manteve em 60cm de comprimento por 30cm de largura. Os cochos não foram encontrados na área circundada pelo alinhamento de pedras do antigo curral.



Foto 6 - Visão geral do piso original do setor interno no curral de pedras (Equipe Arcadis, 2016).

Considerações Finais

O quadro apresentado após o rompimento da barragem de Fundão da Samarco S.A., com relação ao patrimônio cultural da região de Bento Rodrigues, não demonstrava paralelo a outro ocorrido no mundo, nem em escala, nem em proporção. Nessa medida, não existia bibliografia base para dar suporte aos métodos e técnicas a serem utilizados, ou um estudo de caso que pudesse ser utilizado como modelo.

Algumas determinações de proteção aos bens culturais apregoados pelo *International Committee of the Blue Shield* (ICBS – Comitê Internacional do Escudo Azul), criado em junho de 1996, teve como propósito de proteger e salvaguardar o patrimônio cultural, conforme estabelecido na Convenção de Haia (1954), em casos extremos de impacto a estes, como no caso de conflitos armados. E, é claro, existe todo um aparato legal e teórico metodológico que norteia e designa os estudos arqueológicos necessários, no que tange ao patrimônio cultural.

O sítio arqueológico histórico identificado como Curral de Pedras e que remete ao período de conformação do subdistrito de Bento Rodrigues, em conjunto com um cocho esculpido em pedra e com os segmentos de muro em junta seca e em lajes de pedra. O segmento de muro que delimitava o curral de pedras e que circundava uma antiga propriedade estendia se até a capela de São Bento e delimitava seu cemitério contíguo.

Ao todo foram evidenciados 91,4m de muro e foram executadas escavações na área total do curral de pedras da ordem de 795m².

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos foram de fato o último registro dos remanescentes das estruturas do curral e cocho de pedras, que atualmente se encontram submersa na área do dique S4. Todas estas estruturas remetem ao período colonial e estão totalmente inseridas neste contexto.

De acordo com as proposições de Baeta e Piló (2017), cabe aqui o destaque necessário à relevância do patrimônio que os antigos muros na região focalizada representam, sendo uma categoria de bem de interesse arqueológico, vinculada ao cercamento de distintas áreas de trabalho voltadas ao criatório de gado (currais) e de animais domésticos, plantio, divisas de propriedades rurais e de edificações religiosas, civis e terrenos em núcleos urbanos.

Nesse sentido, elas são parte de um todo integrado, que está associado a constituição do local como lugar de morada, de exploração do ouro no século XVII e XVIII e de acesso a outras paragens, dado que a Estrada Real ligava Bento Rodrigues e o distrito de Santa Rita de Durão até o distrito de Camargos, sendo vetor de formação destes povoamentos.

Referências

ALMEIDA, Anaeli Q. X. *Continuidades na mudança: Um olhar arqueológico sobre os caminhos das Minas Gerais. Séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Belo Horizonte/MG, 2012.

ANDRADE, Francisco. C. D. *Uma poética da técnica: a produção da arquitetura vernácula no Brasil*. Tese de doutoramento, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2016.

ARCADIS. *Relatório Final de Resgate nas áreas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão Samarco S.A.*; Mariana e Barra Longa – MINAS GERAIS Samarco Mineração S.A., Jan/2017.

BAETA A.; PILÒ H. *Três anos de uma grande tragédia no Vale do Rio Doce. Sobre uma arqueologia do esquecimento e dos Direitos ao Patrimônio Cultural*. 2017; Polém Consultoria e Projetos.

BASTOS, Rodrigo Almeida. *Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII*. Disponível em: <http://mdc.arq.br/2009/10/01/regularidade-e-ordem-nas-povoacoesmineiras-no-século-XVIII/>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRAGA DE ANDRADE, Leandro. *Escravidão, campesinato e desigualdade de Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. Laboratório de História Econômica e Social UFJF*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

BRENDLE, M. de B. U. C. *Projeto de restauração e intervenção como projeto de arquitetura: Cesare Brandi e o Neues Museum Berlin*. 6º Projeto- O projeto como instrumento para a materialização da arquitetura: Ensino, pesquisa e prática; Salvador, 26 a 29 de novembro de 2013.

BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, v.28, n.2, p. 217-225, 1962.

BINFORD, L. R. Methodological considerations in the use of the graphic data. In: LEE, R. B.; DEVORE, I. (Eds.) *Man the hunter*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1964. p. 268-73.

BINFORD, S. R.; BINFORD L. R. (Eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine, 1968.

CHAVES, Maria das Graças; PIRES M. do C.; MAGALHAES S. M. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

CARRERA, M.; SURYA, L. Arqueologia da arquitetura: Contribuição nos projetos de restauro e na preservação. Faculdade Damas da Instrução Cristã. *Architecton – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 02, n. 02, p. 24-30, 2012.

CUNHA C. dos R. (2010) *Restauração: Diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN*. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

DORREL, Peter G. *Photography in Archaeology and Conservation*. Cambridge Manuals in Archaeology. Cambridge University Press, 1994.

FAGUNDES, J. R. *As roças de Bento Rodrigues Caldeira – século XVII*, 2010. Disponível em: <http://valedoparaibaarquivoshistoricos.blogspot.com.br/2010/08/as-rocas-de-bentorodrigues-caldeira-na.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FONSECA, Claudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 20, n.1, São Paulo, jan./jun., p. 77-108, 2012.

GOMES, Tatiana da Silva. *A valorização do antigo pelo novo: o panorama da inserção de arquitetura contemporânea nos conjuntos históricos tombados de Mariana e Ouro Preto*. Dissertação (mestrado), Escola de Arquitetura da UFMG, 2009.

GUIMARAES C. M.; MOREIRA M. G. Cartografia, Arqueologia e História das Minas Gerais (Séculos XVIII e XIX). *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011.

HAAS, Y. C.; RIBEIRO, R. T. M. Tecnologia da conservação de pedras. Uma proposta de Metodologia. *Anais... XI Congresso Internacional de Rehabilitacion del Patrimonio Arquitectonico y Edificacion*, 2012.

HEXAGONO ENGENHARIA (março/2016) “Diagnóstico prévio das estruturas e dos elementos artísticos das edificações” Preservação do patrimônio cultural sacro das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gestera, municípios de Mariana e Barra Longa – Minas Gerais”.

HODDER, Ian. Material Culture in time. In: HODDER, Ian *et al.* (Eds.). *Interpreting Archaeology: Finding Meaning in the Past*. London: Routledge, 1995.

HODDER, Ian. *Towards reflexive method in archaeology: the example at Çatalhöyük*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 2000.

IPHAN. *Manual de Arqueologia Histórica em projetos de restauração*. 2002

LEROI-GOURHAN, A. (Org.). *Pré-história*. EDUSP. São Paulo, 1981.

LEROI-GOURHAN, A. *Evolução e técnicas I: o homem e a matéria*. Lisboa: Edições 70. 1984. 251 p.

LIMA D. R. *Entre as paredes de Deus: Arqueologia da Arquitetura sacra e do urbanismo em Vila do Príncipe no século XVIII*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

NATAL, Caio Meneguello. *Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica*, 2103. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/download/.../756. Acesso em: 12 jul. 2014.

OLIVEIRA, M. M. *A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia*. Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2008.

OLIVEIRA, Jose E. *Bento Rodrigues: trajetória e tragédia de um distrito do ouro*, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/19713244/Bento_Rodrigues_trajet%C3%B3ria_e_trag%C3%A9dia_de_um_distrito_do_ouro. Acesso em: 12 jul. 2019.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Arqueologia: Teorias, Metodos y Practica*. Madri: Akal, 1993.

RESENDE M. E. L.de; VILLALTA C. L. *As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo, 2007.

RIBEIRO, R. T. M.; NOBREGA C.; SOUZA M. V. de; COELHO C. M. T. O levantamento físico e sua influência no projeto final de restauração. *Anais... I Seminário nacional sobre ensino e pesquisa no projeto de arquitetura*; Natal de 07 a 10 de outubro de 2003; RN/Brasil; PPGAU – UFRN.

SCHIFFER, M. B. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, v. 37, p. 156-165, 1972.

SCHIFFER, M. B. Toward the identification of formation processes. *American Antiquity*, v. 48, n. 4, p. 675-706, 1983.

SCHIFFER, M. B. *Formation Processes of the Archaeological Record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SCHIFFER, M. B. The structure of archaeological theory. *American Antiquity*, v. 53, n. 3, p. 461-485, 1988.

SALGADO, Marina. *Ouro Preto: Paisagem em transformação*. Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

SILVA L. F. da. *Técnicas de Restauração do Patrimônio Histórico*. Trabalho de conclusão de curso, Curso de Graduação em engenharia civil com ênfase ambiental, Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo, 2004.

SILVA F. G. da. *Pedra e Cal: Os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730 – 1800)*. Dissertação (mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte /MG, 2007.

SIMIS T. C.; ARRUDA S. A. de. As prospecções arqueológicas e arquitetônicas para o projeto de consolidação das ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia/Igarassu

(PE). Faculdade Damas da Instrução *Crista. Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 01, n. 01, p. 60-67, 2011.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, F. P. V. *Travels in Brazil, in the years 1817-1820*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1824.

TAVARES F. M. *Metodologia de diagnóstico para restauração de edifícios dos séculos XVIII e XIX nas primeiras zonas de mineração em Minas Gerais*. Dissertação (mestrado), Mestrado em Ambiente Construído; Faculdade de Engenharia; Universidade Federal de Juiz de Fora; Juiz de Fora, 2011.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. *O papel da liberdade: alforrias em Mariana no século XIX (1840-1988)*, 2012. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecnmineira/2012/arquivos/O%20papel%20da%20liberdade.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

VASCONCELLOS, D. de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1904.

VELOSO, Tercio. Do arraial a cidade: ocupação do espaço e dinâmica na (re) construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747). *Temporalidades – Revista Discente de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 5, n. 1, p.145-166, Jan/abr 2013.

VIANNA, Helio. *Diário da Viagem do Imperador a Minas – 1881*. Ministério da Educação e Cultura. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: MEC, 1957.

ZEMELLA, M. P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1990.